



STJ
SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

Relatório do Presidente

22 de agosto de 2024 a 19 de dezembro de 2025





Relatório do Presidente

22 de agosto de 2024 a 19 de dezembro de 2025

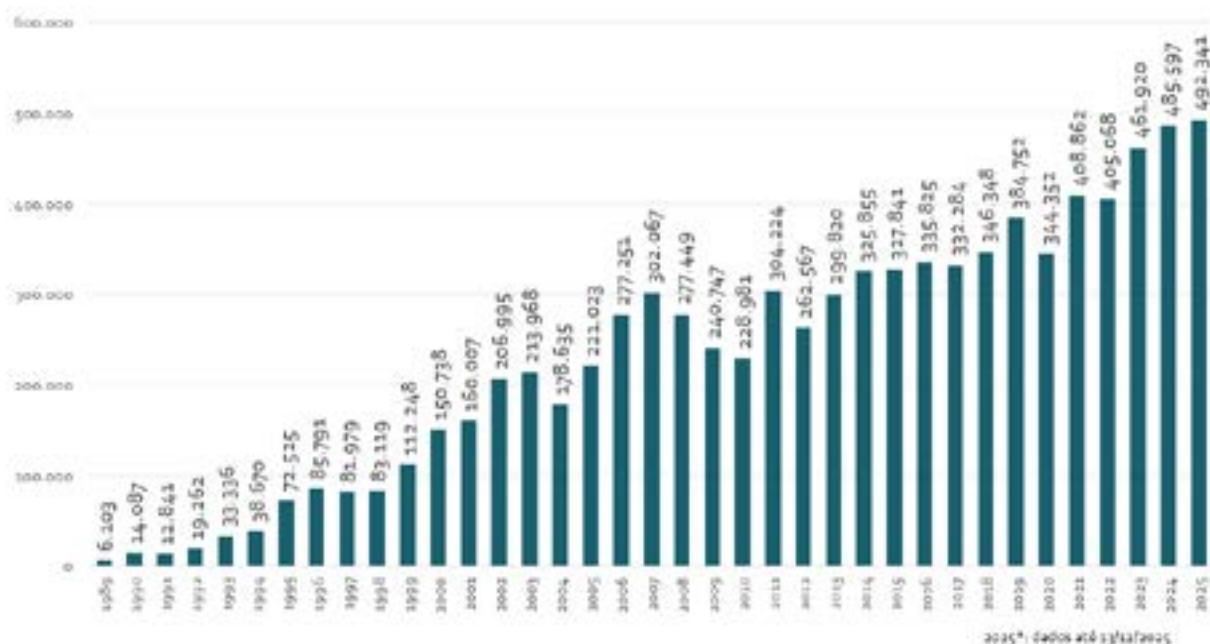
Tribunal de Precedentes com Números sem Precedentes

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai encerra 2025 com cifras que impressionam pelo gigantismo e preocupam pelos impactos negativos no desempenho satisfatório de suas funções. Os seus 33 Ministros receberam quase 500 mil processos para decidirem.

O abarrotamento do STJ não encontra similar em democracias respeitadas do mundo. Ao compará-lo com organismos análogos, a disparidade anual é gritante. Na França, com uma população de 68 milhões e dois tribunais nacionais que, juntos, correspondem ao STJ, as estatísticas

são assaz distintas. A Corte de Cassação e o Conselho de Estado, cada qual com algo em torno de 200 Ministros (“conseillers”), decidem, em média, de 10 a 20 mil processos. Na Índia, com 1,4 bilhão de habitantes, a Corte Suprema de 34 Ministros proleta em torno de mil decisões.

A fonte principal da avalanche de recursos – que cresce ano a ano, apesar do hercúleo esforço de seus Ministros e servidores – acha-se em outro lugar: a transmutação da Corte em terceira instância universal, aberta à revisão de toda e qualquer decisão dos 27 Tribunais de Justiça e dos seis Tribunais Regionais Federais do Brasil.



Que soluções se apresentam para o Superior Tribunal de Justiça? Problemas estruturais reclamam soluções estruturais. Desdenham paliativos, expedientes engenhosos e fórmulas transitórias. Daí que só uma medida vai à raiz da emergência do (antis) sistema recursal do STJ: repor o Tribunal às fronteiras de sua gênese, uma instituição destinada a julgar casos de relevância nacional, na linha da Emenda Constitucional n. 125/2022.

Impõe-se, por isso, começar pela reafirmação da “raison d’être” precípua do STJ, ou seja, a uniformização da interpretação da legislação federal nos quatro cantos do Brasil. Dele se espera que cumpra o seu ofício pela fixação de teses — precedentes pacificadores de entendimentos divergentes —, com o objetivo de garantir previsibilidade, isonomia e segurança jurídica à população e às empresas, simplificando a atuação do juiz, estimulando o empreendedorismo e reforçando a coerência do ordenamento jurídico nacional.

A crise recursal do STJ prejudica o Brasil. Enfraquece a legitimidade do direito, desampara os cidadãos, afeta a economia e o ambiente dos negócios, corrói as contas públicas. Chegou a hora de acordar e tomar providências imediatas para afastar o risco de implosão do Tribunal da Cidadania.

**Com trechos extraídos do artigo publicado pelo Ministro Herman Benjamin na Folha de S.Paulo, em 8.2.25*





Superior Trib

Biênio 20

Presidente: Ministro

Vice-Presidente: Minist

**Da esquerda para a direita, sentados
as Ministras e os Ministros:**

Benedito Gonçalves
Og Fernandes
Humberto Martins
Nancy Andrighi
Luis Felipe Salomão
Herman Benjamin
Francisco Falcão
João Otávio de Noronha
Maria Thereza de Assis Moura
Mauro Campbell Marques
Raul Araújo

**Na segunda
as Ministras**

Regina He
Sérgio
Marco
Ricardo Vill
Isabel
Antonio Ca
Sebastião
Marco Aur
Moura
Rogerio Se



Conselho Nacional de Justiça

2024-2026

Herman Benjamin
Antonio Luis Felipe Salomão

Primeira fileira, de pé
e os Ministros:

Luciana Costa
Cristina Kukina
Antonio Buzzi
Rosângela Bôas Cueva
Antonio Gallotti
Carlos Ferreira
Antonio Reis Júnior
José Celso de Melo Bellizze
Antonio Ribeiro
Antonio Chieffi Cruz

Na terceira fileira, de pé
as Ministras e os Ministros:

Maria Marluce Caldas
Afrânio Vilela
Paulo Sérgio Domingues
Joel Ilan Paciornik
Ribeiro Dantas
Gurgel de Faria
Reynaldo Soares da Fonseca
Antonio Saldanha Palheiro
Messod Azulay Neto
Teodoro Silva Santos
Daniela Teixeira
Carlos Pires Brandão

GESTÃO JURISDICCIONAL





Medidas racionalizaram o funcionamento do STJ

A Presidência do Superior Tribunal de Justiça adotou, em conjunto com os outros órgãos colegiados, uma série de providências estruturais e algumas emergenciais para enfrentar o principal desafio da Corte: a sobrecarga processual, que, sem ações concretas, comprometeria seu funcionamento e imagem.

Ações de maior destaque

- Apoio excepcional e temporário de 300 juízes convocados para atuação nos Gabinetes de Ministros do STJ
- Posse de 193 novos servidores
- Medidas de profunda reorganização administrativa, sobretudo em Gabinetes de Ministras e Ministros
- Fortalecimento da Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância
- Investimento em Inteligência Artificial Generativa
- Estímulo à solução consensual de conflitos

Desafio principal

Reduzir o acervo processual histórico que compromete o funcionamento e a imagem do STJ

Estratégias

- Medidas estruturais e emergenciais para maior celeridade e eficiência
- Inédito enfrentamento do acervo histórico dos Gabinetes
- Implantação do *STJ Logos*

Convocação de 300 Juízes Auxiliares Temporários para auxílio aos Gabinetes

Diante do crescente e insustentável acervo histórico de processos pendentes de primeiro julgamento no STJ como um todo (138.158 processos em outubro de 2024), a Presidência propôs e estruturou uma inovadora força-tarefa de juízes auxiliares temporários. Para tanto, contou com o firme apoio da Vice-Presidência, do Conselho de Administração e do Pleno.

Após várias reuniões e célere tramitação interna, o auxílio começou em outubro de 2024 na Terceira Seção (Direito Penal). Com o sucesso da iniciativa, foi estendido, em agosto de 2025, para a Segunda Seção (Direito Privado).

Finalmente, em dezembro de 2025, a Primeira Seção (Direito Público) também foi contemplada.

No total, a inédita força-tarefa conta com 300 juízes auxiliares temporários, um número expressivo para uma tarefa desafiadora, emergencial e verdadeiramente inadiável.

Queda geral no número de processos

Em 19 de agosto de 2024 (início da força-tarefa na Terceira Seção) havia, 135.571 processos pendentes de primeiro julgamento nas três Seções do STJ. Em dezembro de 2025, o número caiu para 89.908, embora só bem recentemente a força-tarefa tenha sido estendida para a Primeira e a Segunda Seções. São expressivos os resultados gerais e por Seção: na Terceira Seção, redução de 61,5% de processos pendentes de primeiro julgamento desde outubro de 2024. Na Segunda Seção, em apenas 3 meses (desde outubro de 2025), diminuição de 30% no número de processos.



Medida inédita transformou a realidade do Direito Penal no Tribunal

Capacitação dos juízes auxiliares temporários

A atuação dos juízes convocados é precedida de processo intensivo e metódico de capacitação, realizado presencialmente no STJ, que compreende aspectos teóricos e práticos da atividade judicante, específicos para o trabalho em Gabinetes.

Desde o ano passado, foram realizados diversos cursos presenciais e virtuais, com cerca de 50 horas-aula. Os magistrados receberam treinamento específico sobre Recurso Especial (REsp) e Agravo em Recurso Especial (AREsp), preparação para o uso dos sistemas informatizados do STJ e para a elaboração de textos de acordo com a última edição do Manual de Padronização de Textos do Tribunal.

Também passaram por ambientação presencial de dois dias nos Gabinetes de atuação e assistiram a diversas palestras sobre estrutura e organização das Seções, código de conduta do Superior Tribunal de Justiça, classes e assuntos processuais mais recorrentes entre outros temas relevantes para o auxílio aos Gabinetes.

Auxílio prestado de forma integralmente remota

As magistradas e os magistrados convocados mantêm a atuação nas suas unidades de origem. O auxílio é prestado de forma integralmente à distância, sem prejuízo da atividade jurisdicional desempenhada na vara e do dever de comparecimento às suas unidades de lotação.

Produtividade e monitoramento constante do desempenho no STJ e nas unidades de origem

Para facilitar o acompanhamento da produtividade da força-tarefa, o STJ criou um painel de *Business Intelligence (BI)* voltado ao monitoramento diário das atividades e de seu impacto no acervo da Corte.

Todo o trabalho é acompanhado em tempo real.

Os magistrados cumprem metas específicas de produtividade, definidas conforme a Seção onde atuam.

Além do controle diário da produção desenvolvida nos Gabinetes, há acompanhamento mensal dos índices de desempenho nas suas varas de origem. A fim de evitar que o auxílio ao STJ interfira nas estatísticas da primeira instância, a permanência no programa está condicionada à ausência de queda da produção e à inexistência de processos paralisados nas suas unidades originárias.

Critérios objetivos e diversidade no processo seletivo

A escolha dos juízes auxiliares ocorre mediante edital de chamamento público, com observância de critérios objetivos de experiência na matéria da Seção, gênero, raça, distribuição geográfica paritária entre as regiões do Brasil e representação da Justiça Federal e da Estadual.

Juízes convocados para auxílio temporário e excepcional à Terceira Seção

A Terceira Seção do STJ (Direito Penal) foi a primeira a receber o auxílio dos Juízes auxiliares temporários.

Regulamentada pela Instrução Normativa STJ/GP n. 34, de 28 de outubro de 2025, a convocação temporária de 100 juízes auxiliares para atuar na Terceira Seção resultou, no período de outubro de 2024 a dezembro de 2025, na produção de mais de 92.000 minutas de decisões terminativas e votos, o que contribuiu para uma redução de 61,5% no número de processos pendentes de primeiro julgamento. Antes do auxílio, havia 52.250 processos aguardando julgamento na Terceira Seção, agora são 20.000. Alguns Gabinetes chegaram ao percentual de 76% de redução nos processos conclusos.

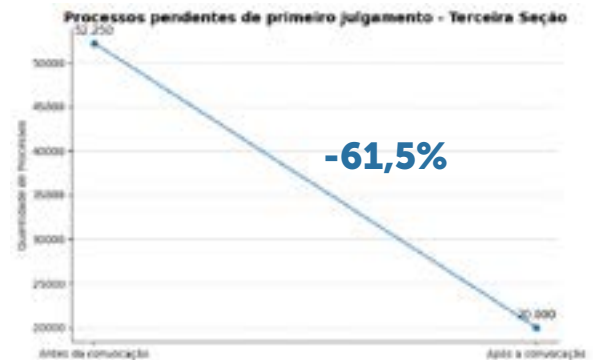
O número de juízes foi reduzido a 50 em outubro de 2025, quando os números nos Gabinetes de Direito Penal apresentaram expressiva queda.



Juízes auxiliares: resultados concretos para o STJ

Resultados

- 92.000 decisões terminativas e votos proferidos.
- Redução de 61,5% no número de processos pendentes de primeiro julgamento desde 20 de outubro de 2024.



- Três dos cinco menores acervos em Gabinetes do STJ hoje estão na Terceira Seção.



Processos pendentes de primeiro julgamento caíram 61,5%

Juízes convocados para auxílio temporário e excepcional à Segunda Seção

Na Segunda Seção, especializada em Direito Privado, seguindo as diretrizes da Instrução Normativa STJ/GP n. 21, de 18 de junho de 2025, houve a convocação de 120 juízes, que passaram a atuar em 15 de agosto de 2025, aos quais, em reforço, juntaram-se mais 30, em novembro deste ano, totalizando 150 magistrados.

A medida visa enfrentar o que é hoje o maior acervo do Tribunal, com foco na celeridade processual e no cumprimento das metas nacionais do Judiciário.

Nesse brevíssimo tempo de auxílio, foram produzidas pelos juízes auxiliares temporários da Segunda Seção quase 30.000 minutas de votos e de decisões terminativas, o que baixou o seu passivo de

64.643 para 45.254 processos pendentes de 1º julgamento (redução de 30% em apenas 4 meses).

Ação



Convocação de 150 juízes federais e estaduais para apoio temporário aos Gabinetes (Resolução STJ/GP n. 22, de 18 de junho de 2025).

Objetivo

Enfrentar acervo da Segunda Seção, que cresceu 38,4% nos últimos dois anos.

Foco

Celeridade processual e metas nacionais do Judiciário.



Percentual de redução de processos pendentes de primeiro julgamento: 30,1% na Segunda Seção

Juízes convocados para auxílio temporário e excepcional à Primeira Seção

Após os notáveis resultados de produtividade obtidos com a convocação temporária na 3ª e na 2ª Seções, em novembro de 2025 o STJ aprovou e regulamentou, pela Instrução Normativa STJ/GP n. 34, de 28 de outubro de 2025, o chamamento de 100 juízes para atuação temporária na Primeira Seção, especializada em Direito Público.

Num primeiro momento, o auxílio conta com a convocação de 56 juízes, que passaram a atuar no começo de dezembro. Em fevereiro de 2026, o quadro estará completo.

Ação



Convocação de 100 juízes federais e estaduais para apoio temporário aos Gabinetes (Resolução STJ/GP n. 32/2025).

Objetivo

Enfrentar acervo da Primeira Seção que tem, hoje, 24.507 processos pendentes de 1º julgamento.



Juízes participam de treinamento no STJ



Primeira Seção terá 100 juízes convocados para apoio no julgamento de processos

Resultados da atuação da Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância

Uma das principais ferramentas da Presidência do STJ, na atual e nas gestões anteriores, para lidar com o intenso fluxo processual é a Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância (ARP), unidade responsável por evitar que recursos manifestamente inadmissíveis sejam distribuídos aos Gabinetes dos Ministros.

Desde 22 de agosto de 2024, a ARP evitou que mais de 120 mil processos tivessem prosseguimento no STJ, com baixíssimo índice de recorribilidade das decisões terminativas.

Triagem de Admissibilidade Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância (ARP)

Impacto (agosto de 2024 a dezembro de 2025)

- Evitou a distribuição aos Gabinetes de mais de 120 mil processos
- Média de processos que deixaram de ser recebidos (por Gabinete): 3.996

Eficiência

95,44% das decisões de inadmissão da ARP são mantidas pelas Turmas

Atuação no recesso

- 8.958 decisões (20.12.2024 a 31.1.2025)
- 7.681 decisões em julho de 2025

Resultados da atuação do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas é responsável pelas primeiras providências na criação de temas repetitivos, com a identificação das matérias e dos processos passíveis de submissão ao rito qualificado. Em apoio ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes, Jurisprudência e Ações Coletivas, a unidade foi responsável por auxiliar os gabinetes de Ministros a alcançar a maior quantidade de afetações e de julgamento de recursos repetitivos dos últimos 10 anos.

Impacto (agosto de 2024 a dezembro de 2025)

- Temas afetados: 125
- Temas julgados: 100



Centro Judiciário de Solução de Conflitos

Inaugurado em maio de 2025, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc/STJ) é o núcleo responsável pelas conciliações e mediações no âmbito do Tribunal, com atuação de Ministros supervisores.



Na mesma ocasião, aprovou-se o Regimento Interno do Cejusc e a norma fixa a remuneração e as regras para conciliadores e mediadores – tais medidas consolidam a política de autocomposição e ampliam o acesso à justiça consensual no STJ.



Em novembro de 2025, o Tribunal promoveu a *1ª Semana da Autocomposição do Superior Tribunal de Justiça*, com palestras sobre temas como neurociência aplicada à conciliação, sistema de solução de problemas jurídicos e o mapeamento de conflitos no STJ.

Função

Promover conciliações e mediações no Tribunal

Coordenadoria-Geral

Ministra Nancy Andrichi

Coordenação da Câmara de Direito Público

Ministro Supervisor Paulo Sérgio Domingues

Coordenação da Câmara de Direito Privado

Ministro Supervisor Marco Buzzi

Coordenação da Câmara de Direito Penal

Ministro Supervisor Sebastião Reis Júnior



Ampliação das sessões virtuais e transparência nos julgamentos

Com o objetivo de aumentar a agilidade e a transparência nos julgamentos, o STJ realizou mudanças no Regimento Interno, oportunizando a expansão das hipóteses de realização de sessões virtuais.

A partir da aprovação da Emenda Regimental n. 45/2024, de 28 de agosto de 2024, quase todos os processos originários e recursais podem ser julgados por meio virtual, incluindo *habeas corpus* e processos que venham a formar precedentes qualificados, como recursos repetitivos e Incidentes de Assunção de Competência (IAC).

Impacto

Julgamento virtual de processos, inclusive *habeas corpus* e recursos repetitivos

Suporte

Nova plataforma de julgamentos eletrônicos

Mudança alterou positivamente a dinâmica dos julgamentos

Modernização digital com impactos diretos na Gestão Jurisdicional

Novas ferramentas

- Domicílio Judicial Eletrônico (DJEN) e integração ao portal Jus.br
- *PagTesouro* para certificação automatizada de custas



- **Disponibilização** aos Ministérios Públicos de **listagens diárias dos habeas corpus impetrados na Corte**, via *link* direto – a medida facilita o acompanhamento da tramitação das ações pelo *Parquet*

Atualização do Sistema Justiça Web

- Aplicação conta agora com módulo para registro e acompanhamento de prescrição de penas

Compartilhamento de dados com o Supremo Tribunal Federal (STF)

Foi construído um painel que visa ao compartilhamento de informações e dados para reduzir a litigiosidade e a atuação repetitiva no STJ e no STF.

Com o novo painel, os servidores do STF conseguem visualizar antecipadamente quantos e quais recursos extraordinários serão recebidos nos próximos 10 dias.

A ferramenta também permite identificar questões jurídicas a serem submetidas à sistemática de julgamento de precedentes qualificados nos dois tribunais.



Automatização da base de dados de acórdãos

Implementação de novo procedimento para separação, tratamento e disponibilização de acórdãos na base de dados de jurisprudência do Tribunal, gerando duas bases de pesquisa: uma automatizada e outra gerada e tratada manualmente pelos analistas processuais.

Outras inovações tecnológicas com impacto nos julgamentos e na gestão processual

O STJ modernizou o processo de pesquisa da jurisprudência. O banco de dados, que estava defasado há mais de uma década, foi substituído pelo da Oracle, com a tradução dos critérios de pesquisa, elevando a qualidade e a disponibilidade das informações jurisprudenciais do Tribunal.

A ação envolveu diversas áreas do Tribunal e possibilitará pesquisas de jurisprudência em linguagem natural, ampliando a eficiência e a acessibilidade dos serviços.

- Desenvolvimento de comandos em Inteligência Artificial para a geração automática dos espelhos dos acórdãos da 3ª Seção, selecionados previamente pela Secretaria de Jurisprudência, com vistas a otimizar o tratamento do grande volume de acórdãos produzidos pela Corte

- Aprimoramento do Sistema de Precedentes *Web*, voltado ao atendimento de necessidades dos Gabinetes dos Ministros, com a implantação de funcionalidades como “possíveis sobrestados”, com utilização de IA

Outras medidas de gestão eficiente do acervo processual

No STJ, a redução do estoque processual envolve não apenas iniciativas tecnológicas, de reforço do quadro de pessoal e de incentivo às soluções consensuais, mas também de busca por acordos de cooperação com outras instituições e de investimento em ferramentas de análise mais avançadas do acervo.

Prescrição intercorrente em ações de improbidade administrativa

Criação, no sistema *Justiça Web*, de serviço de estimativa da prescrição intercorrente nessas ações, para que possa haver melhor monitoramento e triagem dos casos, além da definição de prioridades nos Gabinetes dos Ministros.

Colaboração com a Defensoria Pública

Desenvolvimento de pesquisas de jurisprudência com o objetivo de analisar os entendimentos do STJ, apresentando os resultados de forma estruturada em painel interativo no *Power BI*. Essas análises foram elaboradas para subsidiar as ações previstas no Acordo de Cooperação que visa à racionalização da tramitação dos processos relacionados às Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal, bem como à execução de projetos e eventos de interesse comum, com foco na prevenção de litígios, no gerenciamento

de precedentes qualificados, entre outras iniciativas estratégicas.

Outra iniciativa que envolve a defensoria pública é o estudo do recebimento de *habeas corpus*, com foco em temas e quais assuntos não são conhecidos e negados para auxiliar na cooperação.

Execuções, Precatórios e RPVs

Com apoio da Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial e da assessoria da Presidência, houve substancial redução do número de cumprimento de sentenças e incidentes em precatórios/RPVs pendentes de julgamento. Em junho de 2024, havia 1.821 processos pendentes de decisão. Em dezembro de 2025, temos 822 processos pendentes na 1ª, 2ª, 3ª Seções e na Presidência do STJ, redução de aproximadamente 55% do total do acervo.

Painel *Amicus Curiae*

Elaboração de painel inteligente sobre a atuação de *amicus curiae* no STJ.

Portal de precedentes qualificados do STJ

Desenvolvimento de nova página voltada ao público externo, para disponibilização de atualizações e demonstração do impacto da adoção do sistema de precedentes no Tribunal.

Prioridade absoluta aos Gabinetes

Uma série de medidas foram tomadas para reestruturar a força de trabalho nos Gabinetes.

Licença compensatória

Edição da Resolução STJ/GP n. 24/2025, que reconhece o direito à licença compensatória aos servidores ocupantes de CJ-2, CJ-3 e CJ-4, com atividade finalística extraordinária ou função relevante singular.

Aprovação legislativa de FC-6 para Gabinetes

Aprovação da Lei n. 15.262/2025, que cria 330 funções comissionadas de nível FC-6 destinadas aos Gabinetes de Ministro.

Gabinetes com prioridade de lotação

O preenchimento das vagas nos Gabinetes são prioridade na distribuição de novos servidores.

Fim dos servidores excedentes

Oficialização da composição dos Gabinetes com 38 servidores, sendo todos comissionados, o que também amplia a atratividade da função.



Prioridade no diálogo com a Primeira e a Segunda Instância

1º Congresso STJ da Segunda Instância Federal e Estadual

Promovido em setembro de 2025, o encontro resultou na aprovação de 131 Enunciados em diferentes ramos do direito (institucionais, Processo Civil, Direito Público, Direito Privado e Direito Penal).



1º Congresso STJ da Primeira Instância Federal e Estadual

Realizado em dezembro de 2025, o evento foi voltado à integração entre o Tribunal e magistrados de primeiro grau, fortalecendo a cooperação no Poder Judiciário. A partir de debates qualificados, foram aprovados enunciados em cinco eixos temáticos: institucional, Direito Público, Direito Privado, Direito Penal e Direito Processual Civil. Durante três dias, magistrados de todos os cantos do Brasil discutiram 291 propostas de Enunciado pré-selecionadas pela Banca Científica.

Posse de juízes

O Presidente do STJ, Ministro Herman Benjamin, participou de todas as posses de juízes e juízas federais e estaduais.



VII Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados

O STJ recebeu o evento em dezembro de 2025, e as discussões trouxeram temas como a integração entre as unidades de gestão de precedentes e o alinhamento das necessidades e soluções dos envolvidos no sistema.

1º CONGRESSO STJ DA PRIMEIRA INSTÂNCIA FEDERAL E ESTADUAL

Brasília, 15 a 17 de dezembro



Ampliação e valorização do quadro funcional

Como forma de ampliar e qualificar a força de trabalho do STJ, foram convocados 193 servidores aprovados no último concurso do Tribunal.

Os novos servidores foram alocados, preponderantemente, nas 118 vagas que estavam abertas nos Gabinetes de Ministro, contribuindo para a prestação jurisdicional. Além disso, várias áreas de apoio do Tribunal receberam novos servidores.

Adicionalmente, com a publicação da Lei n. 15.173/2025, o STJ transformou 163 cargos vagos de Técnico Judiciário em 104 postos de Analista Judiciário – a medida permitiu o reforço dos quadros.

Após a aprovação do projeto de lei que criou as FC6 nos Gabinetes, o STJ realizou uma redistribuição das funções remanescentes, melhorando a estrutura das áreas meio.



Força de trabalho

193 Analistas convocados do último concurso para o quadro permanente

Iniciativa de valorização dos servidores

Medidas da administração foram essenciais para melhorar a situação dos mais de três mil servidores do STJ:

Alocação

Prioridade aos Gabinetes de Ministro, que tinham 118 vagas abertas e terão seus quadros praticamente completos

Licença compensatória

Edição da Resolução STJ/GP n. 24/2025, que reconhece o direito à licença compensatória aos servidores ocupantes de CJ-2, CJ-3 e CJ-4, com atividade finalística extraordinária ou função relevante singular, inclusive na área administrativa

Adicional de Qualificação

Aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei n. 3.084/2025, que promove a reestruturação do Adicional de Qualificação dos servidores do Poder Judiciário da União

Reajuste para servidores

Aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei n. 4.750/2025, que estabelece reajuste escalonado de 24% na remuneração dos servidores

Plano de carreira

Estudos em fase já avançada, juntamente com outros tribunais, para proposição de reestruturação do plano de carreira dos servidores

Inova STJ

Premiação buscou reconhecer as práticas e ideias de inovação dos servidores e contou com 52 propostas na fase final. Foram premiadas as três melhores propostas em cada categoria

Prêmio InovaSTJ é exemplo das iniciativas de valorização de boas práticas no Tribunal



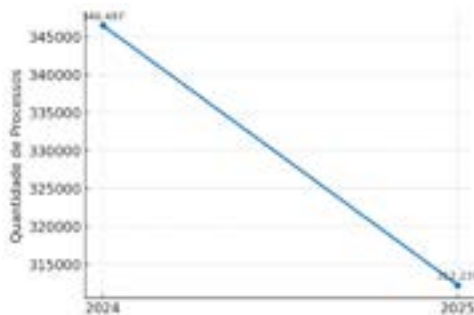
Reflexo das iniciativas de Gestão Processual e do esforço dos Gabinetes

Redução global do acervo

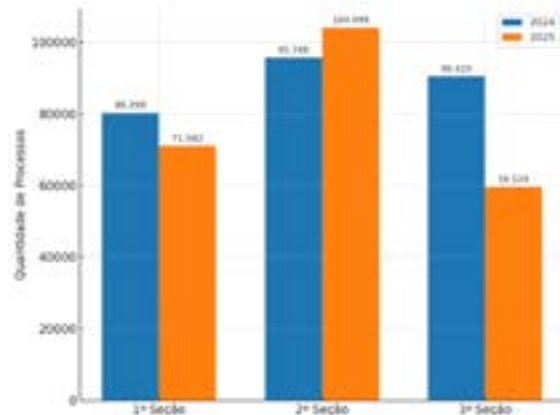
8,4% até dezembro de 2025

Detalhamento

De 346.487 em 21 de agosto de 2024 para 317.489 processos atualmente (-8,4%)



- 1ª Seção -14,8% (80.299 para 68.429)
- 2ª Seção + 9,6% (95.748 para 104.944)
- 3ª Seção -39,2% (90.420 para 54.914)



Metas cumpridas

Metas Nacionais do CNJ (2025)

META 1

Mais processos julgados do que distribuídos

META 4

Julgar 90% das ações de improbidade e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2023

META 6

Julgar 75% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024

META 7

Julgar 75% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas distribuídos até 31/12/2024

META 10

Julgar 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2024



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Inteligência Artificial Generativa

Lançamento do *STJ Logos*

A principal inovação na área de Inteligência Artificial (IA) foi a implementação da IA generativa. Com o lançamento do *STJ Logos*, em fevereiro de 2025, o Tribunal passou a contar com tecnologia avançada para agilizar a análise processual.

STJ Logos

A solução otimiza a análise de documentos e auxilia na elaboração de minutas de decisões, reduzindo tarefas repetitivas. Por ter sido desenvolvido internamente e estar em ambiente controlado e monitorado, o *STJ Logos* possui salvaguardas para garantir o uso ético e responsável da tecnologia.



Ferramenta evidencia compromisso com a modernidade

Para o efetivo aproveitamento do novo sistema, o STJ tem realizado a capacitação contínua dos servidores que atuam nos Gabinetes. A partir desses cursos e da gradativa integração da tecnologia na rotina de trabalho, identificou-se um aumento da produtividade dos Gabinetes.

De acordo com pesquisa de produtividade realizada em agosto de 2025, o número de decisões em Gabinetes que utilizam o sistema em pelo menos 25% das minutas aumentou em aproximadamente 30%. Entre os meses de fevereiro a junho, uma média de 8.700 documentos foram minutados com o auxílio dos recursos do *STJ Logos*.

Em constante evolução, o *STJ Logos* permite o desenvolvimento de diversas funcionalidades além do "Bate-Papo/chat Processual", como a consulta em linguagem natural do acervo e a revisão gramatical conforme parâmetros pré-selecionados.



Mais de 600 servidores já foram capacitados



Inteligência Artificial tem auxiliado na análise de processos

Benefícios

- Modernização da análise e elaboração de minutas de documentos judiciais
- Maior eficiência na busca do acervo processual
- Personalização da revisão gramatical e estilo textual

Capacitação

Desde o dia seguinte ao lançamento do *STJ Logos*, o Tribunal vem capacitando os servidores tanto no uso das ferramentas disponíveis no dia a dia, quanto na compreensão dos benefícios e riscos do uso da IA no Sistema de Justiça.



Uso de IA é acompanhado por intenso treinamento de Ministros e servidores

Além de capacitações abertas a todo o Tribunal, foram oferecidos cursos mandatórios e divididos pelas três Seções de julgamento e por Gabinetes. Servidores dos 33 Gabinetes foram capacitados de maneira prática para o melhor uso do sistema, com ênfase na construção, refinamento e aplicação de comandos (*prompts*) para a elaboração de minutas de documentos.

Em maio de 2025, o STJ, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ofereceu a oficina “Inteligência Artificial e Estado Democrático de Direito”, que apresentou exemplos de uso ao mundo e metodologias de análise de impacto ético de IA. Participaram 65 servidores de diversas unidades e 14 Gabinetes.

No total, já foram capacitados mais de 600 servidores, com 1.250 habilitações (considerando, inclusive, aqueles que concluíram mais de um curso).

Investimentos em infraestrutura de IA

O Tribunal adquiriu servidores para processamento de Inteligência Artificial com aceleradores GPU NVIDIA H200, os mais avançados do mercado. Foi realizado um investimento de R\$ 7 milhões para atender à crescente demanda.



Investimentos em tecnologia e segurança da informação

O STJ investiu R\$ 297,4 milhões em novas contratações de soluções de tecnologia da informação, com o objetivo de fornecer os recursos mais avançados disponíveis no mercado para todas as áreas do Tribunal. Os investimentos foram aprovados pelo Conselho de Administração. Somente em segurança da informação foram investidos R\$ 43,2 milhões para tornar todas as etapas de acesso e modificação de arquivos mais seguras e confiáveis. Confira as principais contratações:

- Investimento de R\$ 19 milhões na solução Varonis para a segurança, governança e auditoria de credenciais de usuários. A solução automaticamente localiza dados, remedia riscos e previne ameaças. Em conjunto com outras áreas do Tribunal, a ferramenta detecta e classifica dados de acordo com as regras da LGPD
- Atualização dos equipamentos de rede nos plenários de julgamento
- Novo contrato via Serpro para utilizar o GovShield, plataforma de segurança em nuvem que protege sites de órgãos públicos e instituições do sistema S. Atua como uma barreira entre o usuário e a aplicação *web*, bloqueando ameaças antes que cheguem ao serviço
- Outra parceria com o Serpro foi a contratação de serviços Multicloud: ao invés de ficar vinculado a apenas uma solução tecnológica, esse contrato permite que o STJ tenha acesso aos principais provedores de serviços na nuvem
- Investimento de R\$ 62 milhões para a renovação de licenças de *software* utilizadas pelo Tribunal no ambiente Microsoft. Agora, diversos recursos de IA foram integrados às plataformas para melhorar a experiência do usuário
- Suporte para os *datacenters*: com foco na segurança das informações, R\$ 15 milhões foram investidos para a manutenção de equipamentos de virtualização dos *datacenters* do Tribunal

Parque tecnológico

Realizada a modernização do ambiente computacional do STJ, com substituição de estações e *notebooks*, atualização de *stores*, *switches* e equipamentos de TV, além da aquisição de soluções de IA, armazenamento e legendas em tempo real.

IA e automação na Jurisprudência da 3ª Seção

A alta produtividade dos Gabinetes da 3ª Seção exigiu inovação no tratamento dos acórdãos, com o desenvolvimento de comandos em inteligência artificial para a geração automática dos espelhos dos acórdãos selecionados pela Secretaria de Jurisprudência. Também motivou a adoção de um novo procedimento para separação, tratamento e disponibilização de acórdãos na base de dados de jurisprudência do Tribunal. Agora duas bases de pesquisa são geradas: uma completamente automatizada e outra manual, tratada pelos analistas.

Monitoramento avançado de precedentes

A evolução dos trabalhos de amadurecimento da cultura de precedentes no STJ fez surgir a necessidade de construir um novo sistema para o público externo, com a disponibilização de novos dados e a demonstração do impacto da adoção do sistema de precedentes no Tribunal. Para atender essa demanda, foi lançado o novo Portal de Precedentes Qualificados no STJ.

A nova aplicação tem o objetivo de facilitar a pesquisa de informações sobre os precedentes qualificados e atingir o maior número de pessoas possível.



INSERÇÃO INTERNACIONAL



Programa STJ Internacional

O STJ expandiu sobremaneira a sua atuação internacional com o lançamento do *Programa STJ Internacional*, diversificando o número de atividades e eventos com parceiros globais.



O programa tem permitido não apenas o intercâmbio de informações com autoridades judiciais e especialistas de todas as partes do mundo, mas também o estabelecimento de novos acordos de cooperação, em temas como capacitação, acesso a bases jurídicas e atividades multilaterais.

Um dos pilares da gestão atual, a projeção internacional do STJ como Tribunal de referência, foi fortalecida com uma série de agendas institucionais com foco na cooperação Sul-Sul, alinhada aos objetivos estratégicos da diplomacia brasileira.



Cooperação Internacional

Cúpula Judicial Ibero-Americana



Brasil sediará cúpula em 2027

O STJ participou, em maio de 2025, da **22ª Cúpula Judicial Ibero-Americana**, que reuniu Presidentes e representantes de Cortes Supremas de 23 países – três Ministros foram eleitos para comissões permanentes: Nancy Andrichi (Ética Judicial), Sebastião Reis Júnior (Qualidade para a Justiça) e Paulo Sérgio Domingues (Justiça e Meio Ambiente).

O Brasil foi escolhido para sediar a próxima edição da Cúpula, em 2027, cabendo ao STJ atuar como Secretária *Pro Tempore* no período.

Cooperação com a Ásia



Diálogo institucional inédito no STJ

Fortalecimento da cooperação Sul-Sul

Indonésia, China, Índia, Bangladesh são exemplos de países que iniciam cooperação inédita com o STJ. Confira alguns destaques:

- Visita da Suprema Corte da Indonésia, Memorando de Entendimento (21 a 23.8.2024)



STJ recebe autoridades judiciais de vários países

- Visita de delegação da Suprema Corte da China, liderada pelo Ministro Hu Xiabing e pela Ministra Zhu Jing (12.11.2025)



Delegação da China visita a suprema Corte

- Visita ao STJ da delegação da Suprema Corte de Bangladesh, liderada pelo presidente daquela Alta Corte, Ministro Syed Refaat Ahmed (15 e 16.9.2025)
- Visita do Ministro Kotiswar Singh, da Suprema Corte da Índia, (14.11.2025)



Visita do Ministro indiano Kotiswar Singh

- Encontro **Cooperação Brasil + Ásia + Pacífico: Presente e Perspectivas**, com 28 representantes, incluindo 16 embaixadores (9.10.2024)
- **1º Congresso STJ Brasil-China de Direito Meio Ambiente e Inteligência Artificial** (11 e 12.3.2025)



Eventos discutiram temas atuais como IA e Meio Ambiente

- Visita de delegação da China e assinatura de acordo entre o STJ e a Suprema Corte chinesa para aprimoramento da cooperação judicial e prestação jurisdicional (7.4.2025)



Celebração de acordo entre STJ e Suprema Corte da China

- **1º Congresso STJ Brasil-Japão de Direito – Direitos Humanos: desafios jurídicos das mudanças climáticas e da Inteligência Artificial** (14.8.2025)



Encontros fortalecem cooperação e troca de experiências

Cooperação com África e Oriente Médio

- **Cooperação Brasil-África: Presente e Perspectivas**, com 32 representantes, incluindo 30 embaixadores (17.9.2024) com foco no diálogo com países africanos para cooperação jurídica



Opiniões diversas em prol de um objetivo comum



*Programa STJ Internacional foi lançado durante
Cooperação Brasil-África*

Relevância

Promoção de eventos multilaterais e troca de experiências

Cooperação com Europa e América do Norte



*Discussões envolvem Ministros e especialistas
internacionais*

Cooperação Brasil + Europa + América do Norte: Presente e Perspectivas, com 42 representantes, incluindo 17 embaixadores (26.11.2024)

Outros

Visita do cardeal Peter Turkson, chanceler da Pontifícia Academia de Ciências Sociais do Vaticano



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Em dezembro de 2024, o STJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinaram Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de fortalecer as capacidades do Judiciário brasileiro através de diversos eixos de atuação, incluindo a realização de eventos acadêmicos internacionais que facilitem a troca de experiências entre diferentes jurisdições.



O projeto também envolve o desenvolvimento e a oferta de cursos preparatórios destinados às pessoas aprovadas no Exame Nacional da Magistratura que sejam afrodescendentes ou que se encontrem em situação de vulnerabilidade, com o intuito de concorrerem nos concursos da magistratura.

Interpol

- Realizado, em junho de 2025, em parceria com a Organização Internacional de Polícia Criminal, o **1º Simpósio STJ-Interpol A Interpol e a Criminalidade Contemporânea**, para debater estratégias de enfrentamento ao crime organizado contemporâneo, com apoio do PNUD, da Ajufe e da AMB.



1º Simpósio STJ-Interpol

O evento reuniu autoridades nacionais e internacionais para tratar de temas como tráfico de drogas, crimes ambientais e corrupção. Foi a primeira vez que a Interpol realizou um evento específico com magistrados.

Eventos Temáticos Internacionais

- Simpósio Mudanças Climáticas, Água e Floresta** (23.8.2024)



Simpósio sobre mudanças climáticas, água e floresta

- Simpósio Proteção Jurídica das Florestas na Pan-Amazônia** (27 e 28.1.2025)



STJ recebe evento sobre proteção na Pan-Amazônia



- 2º Simpósio Internacional de Direito dos Povos Indígenas** (18 e 19.8.2025)



A exposição "Povos Originários: Guerreiros do Tempo", do fotógrafo Ricardo Stuckert, marcou o início do Simpósio

XII Conferência do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (PALOP)

O STJ tomou parte da **XII Conferência do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (PALOP)**, que aconteceu na Cidade da Praia, Cabo Verde, entre 13 e 15 de novembro de 2024.

XV Congresso da Associação Internacional de Altas Jurisdições Administrativas (AIHJA/IASAJ)

Fundada em 1983, a Associação Internacional de Altas Jurisdições Administrativas (AIHJA/IASAJ) promove o intercâmbio de experiências e reflexões sobre a atuação jurisdicional no controle judicial da administração pública (no STJ, a competência da Primeira Seção). Durante a **XV edição do Congresso da AIHJA/IASAJ**, em abril de 2025, em Santiago do Chile, o STJ esteve representado pelo seu Presidente, Ministro Herman Benjamin, pela Ministra Maria The-reza de Assis Moura e pelo Ministro Benedito Gonçalves. Foi a primeira vez que o STJ participou do evento, desde a adesão da Corte à entidade em 2024. No total, o Congresso contou com a presença de 33 países.



Debate sobre legislação florestal (MoFAI)

Para celebrar o Dia Internacional das Florestas, o STJ promoveu debate virtual com

gestores, juízes e especialistas sobre legislação florestal, em especial sobre a **Iniciativa Global da Lei Florestal Modelo (MoFAI)** e proteção jurídica das florestas nativas.

Evento teve reuniões no STJ e na sede da OTCA



Outros eventos marcaram o novo foco da cooperação internacional

Em **novembro**, antes da COP30, o STJ organizou o **Fórum de Direito do Mar e Uso Sustentável dos Oceanos, Mares e Recursos Marinhos**, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. O evento contou com a participação do ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, do professor George Galindo, Consultor Jurídico do MRE, da professora Cymie Payne, da Universidade de Rutgers, do Secretário do Gabinete da Presidência da República de Kiribati, Tebatoki Taawetia, e da Consultora Jurídica da Missão de Nauru junto à ONU, Francilia Adire.

Em **outubro**, o STJ promoveu o **Seminário Brasil - Alemanha, Tendências do direito alemão: direito da concorrência, direito do consumidor, direito das licitações públicas e direito aplicável à energia limpa**. O evento contou com a participação das Ministras Ulrike Marie-Luise Picker e Carmen Vogt-Beheim do Tribunal Federal da Alemanha.

Encontro STJ Brasil e STJ Portugal



Encontro no STJ estreitou laços jurídicos entre Brasil e Portugal

No mês de **setembro**, o Tribunal realizou o **1º Encontro STJ Brasil e STJ Portugal**. O evento contou com as palestras do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, magistrado João Eduardo Cura Mariano Esteves, juízes conselheiros daquela Alta Corte e dos presidentes dos Tribunais da Relação de Coimbra, Évora, Guimarães e Porto.

Além do encontro, a cooperação com Portugal envolveu a continuidade do programa de intercâmbio da Associação Internacional de Altas Jurisdições Administrativas (AIHJA/IASAJ), com o acolhimento da Juíza Conselheira Catarina Almeida e Sousa, do Supremo Tribunal Administrativo de Portugal.

Seminário “A Diplomacia Brasileira na Elaboração do Direito Internacional”



Seminário foi sediado no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro

O Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, sediou em dezembro o **Seminário A Diplomacia Brasileira na Elaboração do Direito Internacional**, organizado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), com o apoio da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ), da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Foi o primeiro evento de uma série dedicada ao debate sobre a contribuição brasileira para o desenvolvimento e a aplicação do Direito Internacional. A programação contou com discussões em temas como Direito Ambiental Internacional, negociações econômicas multilaterais e soluções pacíficas de controvérsias. O evento inédito ressaltou a necessidade de a sociedade conhecer como o Brasil influenciou o direito internacional público e privado.

Acordo STJ e MRE

Em abril de 2025, foi celebrado **acordo de cooperação entre o STJ e o MRE** para atuação conjunta, apoio recíproco e realização de eventos e serviços de interesse comum no âmbito internacional.



COP30 - Belém

O STJ, junto com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), participou da organização do ***Dia da Justiça, do Clima e dos Direitos Humanos, 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas***, em Belém. O evento contou com a participação do Presidente do STJ, Ministro Herman Benjamin; do Presidente do STF, Ministro Edson Fachin; do Presidente do TST, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello; da Presidente do STM, Ministra Maria Elizabeth Rocha; da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; e do Presidente da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago.

Com o objetivo de debater a justiça climática e a proteção dos direitos humanos, o evento contou, igualmente, com a participação do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell Marques, da Ministra Regina Helena Costa e dos Ministros Sebastião Reis Júnior, Sérgio Kukina, Paulo Sérgio Domingues e Afrânio Vilela.

Na ocasião, o STJ lançou uma publicação especial dedicada ao direito ambiental. A obra reúne 120 textos de acesso livre, disponíveis em quatro idiomas – português, inglês, francês e espanhol –, e oferece uma visão ampla, atualizada e plural sobre os desafios jurídicos e sociais relacionados à proteção do meio ambiente. Voltado a magistrados, servidores, estudantes, profissionais do direito e demais interessados, o material apresenta fontes bibliográficas acompanhadas de resumos, o que facilita a consulta e amplia a compreensão dos conteúdos.



Dia da Justiça foi um dos eventos mais importantes da COP30



GESTÃO ADMINISTRATIVA



Composição do Tribunal



Sessões do Pleno do STJ

Formação de Listas Tríplexes

No dia 15 de outubro de 2024, o Pleno aprovou duas listas tríplexes para as vagas disponíveis no STJ.

A votação foi feita com o uso de urnas eletrônicas, o que assegurou o sigilo do escrutínio e possibilitou a apuração imediata dos votos depositados.

Foram escolhidas três mulheres e três homens



Votações das listas estão mais rápidas e seguras



Novos Ministros do STJ tomaram posse em setembro de 2025



Pleno do STJ em votação de listas tríplexes

Posse dos novos Ministros

Após a formação das listas, o Presidente da República indicou a procuradora Maria Marluce Caldas e o desembargador Carlos Pires Brandão para ocupar as vagas de Ministro do STJ. Eles foram empossados em 4 de setembro de 2025.

Fortalecimento das relações institucionais



Encontros nacionais do Consepre

No âmbito do fortalecimento das relações institucionais, o STJ participou de cinco encontros do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre): Goiás, Santa Catarina, Paraíba, Maranhão e Bahia.

Agenda de visitas institucionais

Outra iniciativa foi o início de visitas institucionais pelos estados, contemplando diálogo com Justiça Federal, Estadual, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil. Desde o início da gestão, o STJ promoveu encontros no Amapá, Santa Catarina, Roraima, Maranhão, Mato Grosso do Sul e interior do Amazonas.

Capacitação na Enfam

Os magistrados e magistradas recebem capacitação por meio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), responsável pela oferta de cursos e pela ambientação dos novos membros do Judiciário.



STJ participa ativamente dos encontros com Presidentes dos Tribunais de Justiça



Visitas do STJ ampliam diálogo institucional



Aprimoramento de rotinas administrativas



A cada quadrimestre, gestores de todas as áreas analisam resultados do Tribunal

Em conjunto com as iniciativas para melhoria da gestão processual e com as inovações tecnológicas, o STJ adotou uma série de ações para aperfeiçoar as atividades e rotinas administrativas, com destaque para o Plano de Descarbonização, voltado à redução e à compensação da emissão de gases de efeito estufa no Tribunal; a introdução de um sistema de votação para as listas tríplexes mais ágil e seguro; e a implantação de um módulo de IA no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Mais eficiência

Pelo segundo ano consecutivo, o STJ conquistou o Selo Diamante no **Prêmio CNJ de Qualidade** (2024 e 2025), concedido pelo Conselho Nacional de Justiça.



CNJ reconheceu medidas efetivas implementadas pelo STJ

Modernização da Estrutura do STJ

A reforma do Regimento Interno do STJ (Emenda Regimental n. 47/2024) redundou na reestruturação das comissões permanentes de Ministros

Foram criados dois novos colegiados:

- Cooperação Internacional
- Tecnologia da Informação, IA e Segurança Cibernética

Reorganização

Fusão das comissões de precedentes e de jurisprudência (Comissão Gestora de Precedentes, Jurisprudência e Ações Coletivas)

Criação

Secretaria Judicial da Presidência (Resolução STJ/GP n. 15/2024)

Central de Apoio aos Escritórios Virtuais das Ministras e dos Ministros do STJ

Recebe eventuais necessidades das Ministras e dos Ministros do STJ, durante todos os dias do ano. O Gabinete do Diretor-Geral é o responsável pelo encaminhamento das demandas. Nos fins de semana e feriados, um servidor é designado para atuar em regime de sobreaviso.

Sessões administrativas virtuais

Até o momento, 6 sessões nesse formato, sendo 4 plenárias e 2 do Conselho de Administração.



Plano de Descarbonização

Define metas e ações para reduzir e compensar emissões de gases de efeito estufa (janeiro 2025).

Acordos de cooperação técnica

Parcerias com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) têm por objetivo promover inclusão, por utilizarem mão de obra de pessoas com deficiência auditiva, na modernização da governança documental dos órgãos cooperados.

Os acordos de cooperação têm, entre seus benefícios, a promoção da inclusão, por utilizarem mão de obra de pessoas com deficiência auditiva, na modernização da governança documental dos órgãos cooperados.



Semana da Estratégia

Divulgação do *Plano Estratégico 2021-2026*, com atividades temáticas



Criação do Programa de Integridade e Conformidade do STJ (PICS-STJ)

A proposta normativa integrou *compliance* e integridade em um programa estruturado institucionalmente.

Módulo SEI IA

Implantação de novo módulo que integra IA ao Sistema Eletrônico de Informações, promovendo gestão mais ágil e eficiente de documentos.

Segurança da informação

STJ implantou uma solução de *backup* de dados no Conselho da Justiça Federal (CJF), reforçando a proteção das informações do Tribunal e garantindo segurança mesmo em situação de catástrofes climáticas.

Monitoramento de riscos

Monitoramento de 281 contratações (91% do valor monitorado com plano de riscos), além de acompanhamento de riscos estratégicos definidos no ciclo 2024-2025.

Certificação de Maturidade em Auditoria Interna

Em junho de 2025, o STJ recebeu certificação de nível 3 (Integrado) no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), sendo o primeiro órgão da administração pública direta federal a alcançar esse patamar.

A validação externa, conduzida pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), reconhece que a Auditoria Interna do Tribunal está integrada à governança, atua de forma estratégica e segue padrões internacionais de excelência.

Nível de Maturidade iGovTIC-JUD

O STJ alcançou o nível mais elevado de maturidade (Excelência) no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).



STJ é o primeiro órgão da administração federal com o certificado

Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

O STJ venceu o Grande Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça de 2025 com a série para as redes sociais *Direito ao Ponto: STJ no Dia do Consumidor*.



Conteúdo utilizou linguagem leve e acessível para falar sobre direitos

Regulamentação

Serviços de segurança física e eletrônica nas residências de Ministras e Ministros, conforme parâmetros da Resolução n. 435/2021 do CNJ (Resolução STJ/GP n. 9/2025).

Reconhecimento facial

Instituído sistema de reconhecimento facial para controle de acesso de pessoas cadastradas ao Tribunal.



Reconhecimento facial traz mais segurança



OBRAS ESTRATÉGICAS



Início do processo de construção do sexto prédio (Bloco G)

O STJ deu início, em setembro de 2024, à construção do Bloco G, último edifício concebido no conjunto arquitetônico idealizado por Oscar Niemeyer para a sede do Tribunal.



Governador Ibaneis recebeu pessoalmente o projeto

Em setembro de 2024, a Presidência do STJ formalizou, junto ao Governo do Distrito Federal (GDF), o pedido de ampliação da poligonal da Corte, etapa necessária para a incorporação da área destinada ao novo edifício. Após tratativas e muitas reuniões com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o GDF, a ampliação foi aprovada pela Câmara Legislativa do DF em agosto de 2025 (Lei Distrital n. 1.872/2025).



Lei que autoriza novo bloco foi sancionada em agosto de 2025

Em dezembro, o Governo do Distrito Federal assinou um decreto aprovando o projeto urbanístico de reparcelamento do solo que amplia a área do STJ.

O normativo autoriza a atualização das Plantas de Urbanismo históricas que incidem sobre o lote, assegurando que todos os registros urbanísticos passem a refletir a nova configuração territorial do imóvel, de forma coerente e unificada.

A gestão instituiu, por meio da Portaria STJ/GDG n. 765/2024, a Comissão de Obras responsável pelo planejamento e pelo acompanhamento do empreendimento, cujo prazo estimado é de 42 meses – 12 para projetos e 30 para execução.

Importância do Bloco G

O novo edifício propiciará a realocação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação em ambiente próprio e seguro, reforçando a preservação da segurança institucional, a proteção de dados sensíveis e a continuidade das operações críticas da Corte.

De forma concomitante o novo prédio também possibilitará:

- A instalação da sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), liberando sua atual sede para a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que ganhará espaço definitivo para suas atividades pedagógicas

- A implantação de ambiente moderno para a Biblioteca, ampliando sua utilização pelo público interno e externo
- A criação de novas vagas de estacionamento, em atendimento às exigências urbanísticas
- A construção de auditório intermediário para cerca de 200 pessoas, destinado a eventos institucionais, com maior eficiência e menor custo de manutenção

O projeto prevê ainda a preservação e a ampliação das áreas verdes do *campus*, com o plantio de pelo menos 1.300 árvores, reforçando o compromisso do Tribunal com a proteção do cerrado e a sustentabilidade ambiental.



Novo bloco é inspirado no projeto original de Oscar Niemeyer, em harmonia com a linguagem arquitetônica do complexo predial

Restauração do painel *O Homem é a Medida de Todas as Coisas*

Durante a gestão, foi definido o projeto de restauração do painel *O Homem é a Medida de Todas as Coisas*, do artista Vallandro Keating, localizado no Salão de Recepções do STJ. O painel, com 30 metros de largura e 5,5 metros de altura, foi pintado à mão em 1995 e nunca havia sido restaurado.

A iniciativa, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e com o apoio técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), visa preservar a obra de relevante valor cultural e estrutural.

A restauração está sendo acompanhada por uma comissão formada pelas Ministras Nancy Andrichi e Maria Thereza de Assis Moura e pelo Ministro Sebastião Reis Júnior. As obras começaram em dezembro de 2025.





Restauração será meticulosa e conta com a supervisão de Ministros

Uma nova Biblioteca do STJ

Com o maior acervo jurídico do país, com cerca de 164 mil obras físicas e 218 mil documentos digitais, a Biblioteca do STJ passou por uma grande transformação, tanto na organização dos ambientes físicos como na produção de conhecimento. Quem hoje passa pela biblioteca percebe o novo visual moderno e mais eficiente, com novas cabines de estudo e espaço otimizado dando destaque a obras raras importantes para a comunidade jurídica.

Na produção de conhecimento, um dos produtos é uma publicação digital especial dedicada ao *Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero*, reunindo referências acompanhadas de resumos que tornam a consulta mais ágil e acessível. O material oferece uma visão abrangente e atualizada sobre os desafios da igualdade de gênero e da proteção dos direitos fundamentais, sendo voltado a magistrados, servidores, estudantes, profissionais do direito e demais interessados.

Outro lançamento foi a implantação da *Bibliografia Brasileira de Direito Ambiental - Ibirá*, uma base de dados que reúne a produção científica e técnica relacionada ao direito ambiental no Brasil. Reúne livros, artigos, teses, dissertações e outros documentos publicados por instituições acadêmicas e órgãos públicos.

Em outra frente, o **I Fórum Internacional STJ de Preservação e Restauo**, realizado em 26 e 27 de novembro de 2025, foi uma iniciativa voltada a aproximar instituições e profissionais de relevância internacional, promovendo debates sobre a preservação do patrimônio cultural e a proteção dos bens físicos.





Laboratório de Preservação e Restauro (Lapre)



Lapre é o único espaço fora do edifício-sede

Inauguração, em junho de 2025, de novas instalações do moderno Laboratório de Preservação e Restauro (Lapre) do STJ



Com a ampliação e modernização do Lapre, o STJ reafirma o seu compromisso com a preservação da história e da memória institucional



Laboratório desenvolve trabalho de ponta para restaurar obras

Revitalização do Bosque do STJ

Em dezembro de 2024, uma cerimônia marcou a inauguração do Bosque do STJ, implantado na área verde ao lado da sede do Tribunal. A proposta é que a área – que já conta com cerca de três mil árvores e receberá novas neste mês de dezembro – seja um local de contemplação e repouso em meio às espécies nativas do Cerrado.

Na inauguração do Bosque, 20 servidores com deficiência e os dez servidores mais antigos do STJ, além de Ministros e outras autoridades, foram convidados a plantar as mudas nativas.

No início de 2026, a Novacap fará a segunda rodada de plantio de espécies nativas, plantando mais 500 árvores.



CIDADANIA EM AÇÃO



Diversidade, Inclusão e Acessibilidade

Eventos

- 1º Simpósio Pessoa Idosa e Justiça (outubro de 2024): proteção jurídica de idosos



1º Simpósio Pessoa Idosa e Justiça, no STJ

- 2º Simpósio Pessoa Idosa e Justiça (outubro de 2025)



2º Simpósio Pessoa Idosa e Justiça, no STJ

- I Simpósio Internacional pela Equidade Racial: Brasil, EUA e África do Sul (dezembro de 2024)



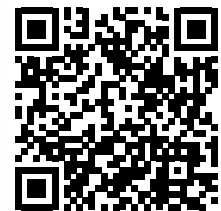
Equidade racial é preocupação constante no Tribunal da Cidadania

- 1º Simpósio STJ Autismo e Justiça (abril de 2025): inclusão no Judiciário

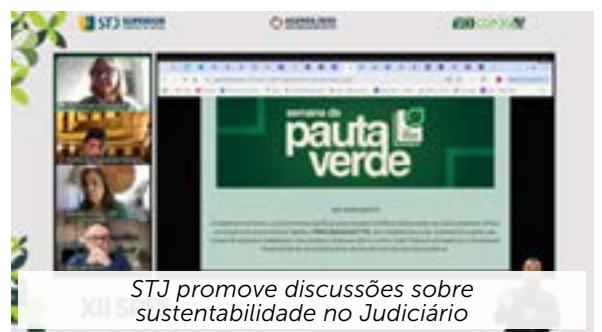


Evento promoveu uma reflexão sobre o autismo

- Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação (5 a 9 de maio)



- XII Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário (junho de 2025)



STJ promove discussões sobre sustentabilidade no Judiciário

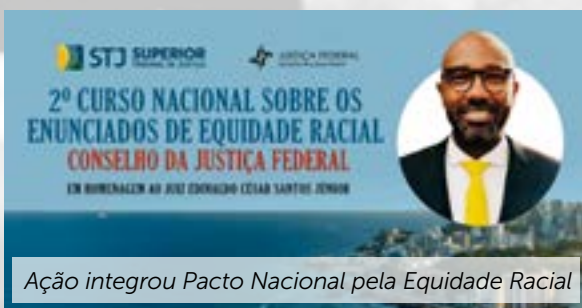
- 1º Simpósio STJ Violência Doméstica e Justiça



Evento discutiu direitos humanos e combate à violência de gênero

Enunciados de Equidade Racial

Realizadas duas edições do Curso Nacional sobre os Enunciados de Equidade Racial, com a produção de uma série de entrevistas exibida na TV Justiça. Eventos foram realizados no Rio de Janeiro e em Salvador, aprofundaram os 49 enunciados da **Jornada pela Equidade Racial**, e contaram com a participação de especialistas do CNJ, do CJF, do Superior Tribunal Eleitoral (TSE) e da sociedade civil



Ação integrou Pacto Nacional pela Equidade Racial

Acessibilidade em foco



Colegas surdos executam várias atividades no STJ

Em 2025, o STJ alcançou um índice de satisfação em acessibilidade de 90,88%, confirmando o êxito das iniciativas voltadas ao tema

Para celebrar os 10 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), o Tribunal fez uma parceria com a Enfam em evento com a participação de mais de 100 Magistrados e servidores com e sem deficiência



Encontro na Enfam marcou os 10 anos do Estatuto

Gênero e Cultura

Eventos

- Mesa-redonda *Participação Feminina no STJ: Trajetórias e Conquistas* (Dia Internacional da Mulher)



Participação feminina é prioridade para o STJ

- Painel *O Protagonismo da Mulher nas Artes: reflexão sobre desigualdade de gênero*



- *Semana da Justiça pela Diversidade Cultural* (com o STF e o Tribunal Superior do Trabalho (TST): combate à intolerância



Diversidade: um objetivo diário no STJ



Palestra teve a participação da atriz Ingrid Guimarães

- *Elas por eles: Saúde, Cuidado e Presença do Feminino*





EDUCAÇÃO E IMPACTO SOCIAL



Educação e Impacto Social

Programa *STJ na Academia*

Lançado em 19 de maio de 2025, o programa *STJ na Academia* promoveu a aproximação entre o Tribunal e as comunidades jurídicas locais, por meio das faculdades de Direito. A iniciativa conta com a participação de Ministros da Corte, professores, especialistas e estudantes, para discutir temas específicos do Direito com relevância prática e técnico-científica para o STJ.

A edição inaugural foi realizada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), em parceria com a

Faculdade Paulista de Direito (PUC-SP) e a Escola de Direito de São Paulo da FGV/SP, e teve como tema a figura do *amicus curiae*.

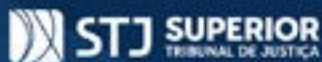
A segunda edição foi realizada em 17 de novembro de 2025, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como anfitriã a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND-UFRJ). O encontro foi organizado em conjunto com as faculdades de direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e tratou dos aspectos jurídicos das organizações criminosas.





Confira a íntegra
do evento no **canal**
do **STJ no YouTube**





2ª Jornada do Programa STJ na Academia
Aspectos jurídicos complexos das Organizações Criminosas:
 investigação, prova, colaboração premiada e outras questões

Apoio:





Confira a íntegra da **segunda edição** do evento

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Este relatório sintetiza as ações e decisões tomadas no âmbito da Presidência e do Colegiado do Conselho da Justiça Federal

O CJF enfrentou desafios complexos que exigiram estratégia e soluções inovadoras, com avanços em governança, transparência, sustentabilidade e atividade jurisdicional

Institucional

Grupo de Trabalho para a Lei de Organização da Justiça Federal (LOJF)

Foi aprovada a proposta do presidente para rediscutir a carreira da magistratura federal e aspectos institucionais, sob relatoria própria e coordenação do Ministro Gurgel de Faria. O grupo está finalizando o anteprojeto, com previsão de submissão ao Plenário do CJF.

Fundo de Custas (PL n. 429/2024)

O Projeto de Lei n. 429/2024, originado em 2013 (PL 5.827/13), foi aprovado na Câmara em fevereiro de 2024 e seguiu para o Senado, onde está sob a relatoria do Senador Eduardo Gomes. O fundo é considerado um instrumento indispensável para a real autonomia administrativa da Justiça Federal, sendo crucial para a interiorização, a criação de unidades em fronteiras e a especialização de varas em matérias sensíveis, como ambiental, indígena e quilombola.

Criação de Cargos no TRF5

O CJF decidiu, em fevereiro de 2025, pela criação de 3 cargos de Desembargador Federal, 57 cargos de técnico e analista judiciário, 16 cargos em comissão e 41 funções comissionadas no âmbito do TRF5, a partir de 2026. Essa medida é vital para a criação do órgão especial no Tribunal e para a especialização das turmas e seções, processo que ocorrerá 60 dias após a promulgação da lei oriunda do anteprojeto.

Concursos simultâneos para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto

Demonstrada a demora no provimento dos cargos para a magistratura, bem delineado o problema, foi aprovada, por iniciativa do Presidente, a fixação de regras para a sua resolução, no sentido de que:

- 1) O provimento de cargos vagos de juíza e juiz federal substitutos deve receber prioridade máxima;
- 2) Independentemente de previsão orçamentária, os cargos criados ou que ficarem vagos deverão ser imediatamente objeto de concurso público;
- 3) O Tribunal comunicará o fato ao CJF, que cuidará para incluir as nomeações na respectiva proposta orçamentária;
- 4) Com o término da segunda ou da quarta etapa do concurso (art. 5º da Resolução CNJ n. 75/2009), se o Tribunal já puder avaliar a quantidade de cargos que ficarão ainda vagos, deverá lançar novo edital, de preferência com cadastro de reserva, nos termos da jurisprudência e legislação correlata;
- 5) Não sendo viável a realização de curso de formação inicial, em razão do número reduzido de candidatas(os), o Tribunal proporcionará a participação em módulo local planejado por outro Tribunal federal, incluindo atividades jurisdicionais integrantes do projeto, com a anuência da En-

fam, observada a necessidade de semana de adaptação junto ao Tribunal de origem.

Criação de 8 Varas Federais (Mato Grosso do Sul e Amazonas)

Sob a relatoria do presidente, o Colegiado aprovou e encaminhou ao Superior Tribunal de Justiça o anteprojeto de lei visando à criação de varas federais nas seções judiciárias de Mato Grosso do Sul e do Amazonas. No Amazonas (Tefé e Humaitá), a medida visa enfrentar desafios jurisdicionais em áreas social e ambientalmente complexas, além do tráfico internacional, destacando a relevância da Amazônia para o combate às mudanças climáticas. Em Mato Grosso do Sul (subseções propostas em Bonito, Corumbá, Ponta Porã, Naviraí, Três Lagoas e Dourados), o TRF3 especializará unidades em competências de patrimônio cultural/natural, meio ambiente, questões agrárias e tutela de direitos quilombolas e indígenas. O Anteprojeto foi aprovado pelo Pleno do STJ, encaminhado ao CNJ em 9 de dezembro e posteriormente protocolado na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei n. 6.359/2025.



Atividade Jurisdicional e Cooperação



Convocação de Magistrados (Mutirão Nacional)

Por proposta e relatoria do Presidente, foi regulamentada a convocação temporária de magistrados pela Presidência do CJF para projetos e julgamentos de processos sensíveis em nível nacional, visando equalizar a força de trabalho. Essa ação, que configura cooperação judiciária (Resolução CNJ n. 350/2020), busca atender aos princípios da razoável duração do processo e da eficiência administrativa. Deve ser observada a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, conforme a Resolução CNJ n. 255/2018.

Bens Apreendidos

Por iniciativa do Presidente, foi criado grupo de trabalho para apresentar diag-

nóstico e encaminhamentos sobre bens apreendidos, instituído pela Portaria CJF n. 210/2025, coordenado pelo Ministro Joel Ilan Paciornik e integrado por representantes das presidências e corregedorias dos tribunais, do Superior Tribunal de Justiça e da Polícia Federal, com proposta de alteração da Resolução CJF n. 780, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a guarda, a gestão e a destinação de bens e materiais apreendidos.

Foi analisada a situação de 746 veículos cuja destinação havia sido requerida pela Polícia Federal. O Grupo finalizou o seu trabalho, sendo apresentado o relatório na Sessão Ordinária do CJF, de 15/12/2025, com a aprovação dos seguintes encaminhamentos:

a) Propor à Presidência do CJF que a atuação do Grupo de Trabalho seja permanente, considerando que a dinâmica das apreensões exige monitoramento constante e integração com os órgãos responsáveis;

b) Propor a atualização da Resolução CJF n. 780/2022, especialmente quanto ao ponto relativo à tramitação apartada da gestão de bens. As sugestões dos tribunais comporão este relatório, sem juízo de valor;

c) Acompanhar, junto aos Tribunais Regionais Federais, a solução dos bens que ainda não tiveram a destinação definida, a fim de otimizar e agilizar o processo de destinação;

d) Verificar, junto à Polícia Federal, a resolução dos veículos que já tiveram a destinação definida pelo Juízo;

e) Propor ao Centro de Estudos Judiciários a realização de capacitação para a especialização de servidores e servidoras da Justiça Federal que atuam no processo de guarda e gestão de bens apreendidos;

f) Realizar interlocução com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acerca do Sistema Nacional de Gestão de Bens;

g) Comunicar à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e às Escolas dos Tribunais Regionais Federais a sugestão de que o tema “gestão e destinação de bens” seja contemplado na formação inicial e continuada de magistradas e magistrados.

Expedição de Certidões Judiciais

Foi aprovada a alteração da Resolução CJF n. 680/2020, permitindo que inquéritos policiais, autos de prisão em flagrante e acordos de não persecução penal constem de certidões expedidas por determinação judicial, mesmo sob sigilo.



Audiência Pública e Metas Nacionais

O CJF, em parceria com os Tribunais Regionais Federais, promoveu, no dia 17/6/2025, audiência pública com o objetivo de aproximar a Justiça Federal da sociedade e ampliar o diálogo com diversos setores. Realizada de forma virtual, aberta ao público, representou uma etapa fundamental para a definição das Metas Nacionais do próximo ano.

A iniciativa buscou estimular a colaboração de diferentes segmentos, como integrantes do Sistema de Justiça, autoridades, acadêmicos, especialistas, representantes de instituições públicas e privadas e a sociedade em geral.

As propostas para 2026 foram debatidas no **19º Encontro Nacional do Poder Judiciário**, realizado pelo CNJ, com ampla participação desse segmento de Justiça e apoio do CJF.



Institucional e Estímulo à Carreira

Equiparação Salarial (Juiz Substituto/Titular)

Sob a relatoria do Presidente, foi aprovada, em maio de 2025, a equiparação de subsídios entre juízes federais substitutos vitalícios e juízes federais titulares

Ajuda de Custo – Lotação Inicial

Sob a relatoria do Presidente do Conselho, foi assegurada às magistradas e magistrados federais a ajuda de custo e o custeio de despesas com transporte devidos à nomeação que implique mudança de domicílio

Gratificação de Acúmulo de Jurisdição (GAJU)

Sob a relatoria do Presidente, foi aprovado o pagamento da Gratificação de Acúmulo

de Jurisdição à magistrada em gozo de licença-maternidade ou ao magistrado em licença-paternidade

Política de Estímulo em Localidades de Difícil Provimento

Foi aprovada a Resolução CJF n. 953/25, regulamentando essa política. Na sessão do CJF de 15/12/25, as subseções foram homologadas, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2026. Adicionalmente, por sugestão do Presidente, identificou-se a necessidade de criar a categoria de “difícil provimento” para localidades com custo de vida superior e escassez de infraestrutura. Estímulos à permanência, como critérios diferenciados para remoção e promoção, estão em estudo

Direitos Humanos – Equidade Racial e de Gênero

Equidade Racial

Sob a relatoria do Presidente, o Colegiado aprovou encaminhamentos para a efetivação dos enunciados da **I Jornada da Justiça Federal pela Equidade Racial**, com foco na implementação da política de cotas raciais em concursos para a magistratura federal.

Igualdade de Gênero (TNU)

Sob a relatoria do Presidente, objetivando a conformidade da composição da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU com os normativos do Conselho Nacional de Justiça, o Colegiado aprovou a Resolução CJF n. 923/2024 para contemplar a paridade de gênero na composição da TNU, estabelecendo alternância entre juízas e juizes federais indicados pelos Tribunais Regionais para a sua composição.

Transferência de Condenados

Foi instituído um grupo de trabalho, por meio da Portaria CJF n. 107/2025, para estudar a regulamentação do procedi-

mento de transferência ativa de pessoa condenada na Justiça Federal.



Sustentabilidade

Descarbonização

Em fevereiro de 2025, a área técnica do Conselho apresentou o Plano de Descarbonização do CJF, que visa estabelecer um roteiro para mitigação e compensação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), em consonância com os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, em especial o ODS 13, e com o Programa Justiça Carbono Zero. Esse plano está alinhado às diretrizes da ABNT (NBR ISO 14064-1) e propõe-se a atender às determinações do CNJ.





JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal